sões, para mais, da safra norte-americana está ainda presente e contribui para piorar a situação.

Proximidade do Mercosul

Tendo em vista o início de funcionamento do Mercosul, em 1º de janeiro de 1995, com a maior integração das economias brasileira e argentina, é conveniente abordar o próximo plantio dos vizinhos. Não se pode esquecer que o acelerado crescimento da soja na Argentina é motivo de atenção mundial. Em pouco tempo, o país ultrapassou a China e tornou-se o terceiro produtor planetário do grão. Também surpreendeu os brasileiros, que não esperavam a rapidez do processo que levou os argentinos a competirem igualmente nos mercados dos derivados.

A área de cultivo atingiu os 5,6 milhões de hectares, em 1993/94, cerca de 49% da área da soja brasileira. Embora alguns analistas considerem que os agricultores platinos não abririam mão do espaço ocupado por suas lavouras tradicionais (ou seja, a sojicultura já teria alcançado seu limite de expansão), vê-se que ela não pára de crescer. Os limites "ricardianos" ainda não se fizeram sentir e a redução do rendimento físico médio, dos 2.350kg/ha de 1992/93 para os 2.090kg/ha desta safra, não significa a incorporação de terras impróprias, mas sim a ocorrência de adversidades climáticas.

É cedo para previsões quanto às tendências do plantio de 1994/95, mas parece haver um "sentimento" favorável à ampliação do cultivo, também em função do atraso nas operações de campo do milho. Pelo lado do mercado, são fatores positivos a esperada maior demanda internacional e a expectativa quanto ao Plano Real vir a apresentar um viés importador semelhante ao do Plano Cavallo. Problemas no parceiro maior do Mercosul, competidor em um mercado competitivo, serão favoráveis, e os argentinos estão atentos ao fato de a sojicultura brasileira ter quebrado sucessivamente seus recordes de rendimento físico médio. Isto poderia significar que a safra 1994/95 estará exposta a maior risco de perdas, em razão de clima desfavorável.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

ARROZ

Endividamento poderá afetar produção

A exemplo do que ocorreu nos demais subsetores da agricultura, a política agrícola anunciada para a safra 1994/95 não agradou aos produtores de arroz. Problemas de endividamento, dificuldades no atendimento à demanda por crédito em algumas regiões, valor básico de custeio (VBC) pouco estimulante e retração diante da cobrança da TR nos empréstimos rurais delineiam um quadro negativo na fase de plantio da lavoura, o que poderá levar a um declínio, ainda que ligeiro, na área ocupada pelo cultivo em 1994/95.

De modo geral, os prognósticos de safra baseiam-se na possibilidade de renda futura das diferentes opções de plantio e na tomada de decisão do produtor rural, a partir dessa expectativa. A concorrência entre as diferentes lavouras, por sua vez, normalmente se respalda no comportamento passado dos preços relativos das culturas potencialmente competidoras numa determinada região e, por fim, na atração que o preço absoluto de cada uma exerce ao se traçarem cenários favoráveis de mercado no curto prazo.

No caso do arroz, no entanto, essa correlação se dá apenas de forma parcial. O cultivo se encontra dicotomizado em sistemas de produção profundamente diferenciados em termos tecnológicos. No tocante ao arroz irrigado, quando o agricultor, por qualquer razão, deixa de cultivar o produto, em geral transforma as áreas disponíveis em pastos. Isso porque as terras ocupadas pela cultura — quase sempre solos com má drenagem — pouco se adaptam aos demais cultivos. No Rio Grande do Sul, principal estado produtor, a atividade está basicamente inserida nesse binômio arroz-pecuária. Dessa forma, tampouco influenciam as sinalizações que o governo faz, via instrumentos tradicionais de incentivo ao plantio, de que é desejável aumentar a produção de uma lavoura em detrimento de outra. Para o produtor de arroz irrigado, que

investiu pesadamente na adaptação das terras à atividade, não há muitas opções.

Essa pouca flexibilidade do produtor de arroz irrigado quanto à possibilidade de diversificação de sua produção o torna muito vulnerável ao risco comercial, o que amplifica sua necessidade de proteção na fase da comercialização. Por outro lado, e este é um fato importante, ele ocupa um segmento de mercado (o do arroz agulhinha) cujo nível de oferta fica tradicionalmente aquém da procura. A consolidação do mercado nas principais regiões metropolitanas do país e a atuação mais disciplinada do governo na comercialização explicam, em parte, a tendência linearmente crescente da área e da produção no Rio Grande do Sul nos últimos anos, apesar da crise do estado, que restringiu o aporte de recursos do crédito rural ao setor.

VBC desestimula arroz

Goiás — comparativo entre VBC e custo operacional das lavouras — safra 1994/95

	Arroz de sequeiro	Soja	Milho
Produtividade (kg/ha)	1.350	2.200	3.500
Custo operacional (A) (R$/ha)	200,51	282,51	251,80
VBC (B) (R$/ha)	143,48	231,43	217,92
% cobertura VBC (B/A)	71,50	81,90	86,50

Fontes: Conab, Comigo.
Obs.: As produtividades utilizadas refletem as informações da cooperativa.

Este ano, porém, os acontecimentos na principal região produtora não revelam um cenário plenamente otimista. Os problemas da tão propalada dívida agrícola parecem recair de forma especial sobre os arrozeiros, embora seja difícil determinar com mais precisão o grau desse endividamento. Sabe-se que muitos produtores conseguiram renegociar suas dívidas, o que lhes permite tomar novos empréstimos. Por outro lado, o Banco do Brasil confirma que os critérios para concessão do crédito rural estão mais rigorosos, o que contrabalança um pouco os fatos. Além disso, os recursos não estão fluindo normalmente para as agências bancárias. Em algumas regiões a oferta é insuficiente para atender à demanda, o que, segundo o Banco do Brasil, dificulta a contabilização da área financiada a ser ocupada pela lavoura, dado que a esta época do ano (início de outubro) normalmente já é conhecido e constitui um bom indicador da intenção de plantio.

Segundo as entidades vinculadas ao setor primário, como o Instituto Riograndense do Arroz (Irga) e a Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul (Fearroz), o endividamento dos produtores não se dá apenas com as instituições bancárias; há também considerável grau de endividamento com as próprias cooperativas e com o comércio fornecedor de insumos. Quanto à taxa de inadimplência — ou seja, quanto àqueles produtores que não conseguiram quitar seus débitos junto aos bancos no prazo determinado e não renegociaram suas dívidas, não tendo acesso portanto a novos empréstimos —, a Fearroz calcula que esteja em patamar muito expressivo: atualmente, o universo desses produtores representaria cerca de 35% da produção estadual.

Embora tenha sido impossível confirmar a situação dos produtores inadimplentes junto aos bancos, deve-se esperar algum impacto dessa condição de endividamento e inadimplência, que certamente existe e que de alguma forma afeta a atividade. Com relação ao VBC, considerando um grau médio de cobertura de cerca de 83% (estimando-se, *grosso modo*, um VBC médio de US$500/ha e um custo operacional médio de US$600/ha), observa-se que não se pode considerá-lo muito diferente dos custos de produção. Mas deve-se levar em conta que, além desse diferencial, o limite de adiantamento de 80% para médios e grandes produtores amplia ainda mais a necessidade de desembolso de recursos próprios ou a procura por outras fontes de financiamento. Além disso, o custo do crédito — com a cobrança da TR, juros reais de 11%, 7% de Proagro, mais os encargos menores referentes à assistência técnica e ao seguro — foi considerado proibitivo pelos produtores rurais, inibindo os possíveis tomadores. A comercialização em 1994 foi considerada muito melhor que a do ano anterior, e isto poderá amenizar um provável impacto das condições desfavoráveis do crédito rural sobre a área de plantio. Entretanto, é bom se acautelar quanto a uma possível redução na utilização dos insumos decorrente da dificuldade de financiamento, o que pode vir a afetar os índices de produtividade. Vale lembrar que no ano passado o mercado foi inundado, em plena safra, por produto oriundo do Mercosul a preços muito competitivos, o que não se repetiu em 1994.

Preço mínimo favorável ao milho

Goiás — comparativo entre preços mínimos e custo operacional das lavouras — safra 1994/95

	Arroz de sequeiro	Soja	Milho
Produtividade (sacas/ha)	22,5	36,7	58,3
Custo operacional (A) (R$/saca)	8,91	7,69	4,31
Preço mínimo (B) (R$/saca)	8,85	8,14	6,32
% preço mínimo/custo unitário (B/A)	0,99	1,06	1,46

Fontes: Conab, Comigo.
Obs.: As produtividades utilizadas refletem as informações da cooperativa.

No início do plantio, o Irga levantou a possibilidade de um declínio de até 5% em relação a 1993/94 na área de plantio do estado, o que deverá totalizar cerca de 899 mil hectares a serem ocupados com a lavoura. Registraram-se também problemas com os mananciais na fronteira oeste, importante zona produtora, que chegaram a reduzir em 30% sua capacidade normal. Em linhas gerais, porém, as condições climáticas no estado têm-se mostrado favoráveis ao plantio. Outros problemas localizados referem-se à escassez de sementes fiscalizadas, condição que

se torna muito limitante nas zonas de alta incidência de arroz vermelho, como é o caso da Depressão Central. Nas demais regiões produtoras do estado, Zona Sul e Litoral Norte, a área de plantio deverá ficar em níveis semelhantes aos do ano anterior.

Expectativas conservadoras no Centro-Oeste

Com relação ao arroz de sequeiro, predominante no restante do país, as previsões, de modo geral, limitam-se a uma mera repetição da área plantada em 1993/94, embora alguns fatores, como no caso da região Centro-Oeste, possam favorecer a substituição pelo milho (em maior grau) ou pela soja. O milho tem exercido forte atração nos produtores rurais, registrando-se, paulatinamente, sua incorporação ao esquema mais empresarial de cultivo. Em termos agronômicos, oferece menos risco ao agricultor do que o arroz de sequeiro, por ser mais resistente a condições ambientais desfavoráveis. Em termos econômicos, mostra-se vantajoso pelas boas perspectivas de comercialização propiciadas pelo bom momento em que se encontram as indústrias avícola e de suínos. Além disso, se compararmos os instrumentos de amparo à produção oferecidos pelo governo para a próxima safra de verão, há vantagens expressivas para o milho quando cotejado com os custos operacionais do arroz e da soja levantados por uma importante cooperativa de Goiás, a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo) (ver tabelas). O VBC do algodão também foi considerado muito estimulante, confirmando a meta do governo de incentivar este produto. Segundo a Cepa-GO, a área de cultivo do algodão no estado deverá se expandir cerca de 15% na próxima safra, embora a área total ocupada seja relativamente pequena (53 mil hectares no ano passado).

Outro fator apontado pela Cepa-GO a inibir a expansão do arroz de sequeiro em Goiás, que na década de 80 chegou a produzir cerca de 1,5 milhão de toneladas e hoje produz pouco mais de 450 mil, é a própria redução da fronteira agrícola no estado. O arroz de sequeiro era muito utilizado na abertura de novas áreas, justamente para cobrir os custos dessa operação. De acordo com a mesma instituição, a área de plantio do arroz de sequeiro este ano deverá, a princípio, repetir a do ano passado, cerca de 290 mil hectares.

Outra informação relevante é que o governo este ano não regionalizou o preço mínimo a fim de compensar o alto custo do transporte nessa região, o que dificulta ainda mais a comercialização costumeiramente mais difícil deste produto. Com relação à seca, esta deverá provocar atrasos no plantio, mas como no cerrado a época de semeadura pode ser dilatada até dezembro, esse fator em si não constituiria uma limitação à decisão de plantio, ao menos por enquanto.

No Maranhão, outro importante estado produtor, a cultura se encontra dividida em dois estágios tecnológicos: no norte do estado, onde se utiliza a chamada cultura de toco, a produção é toda manual, consorciada, e a atividade tende a ser migratória. Predominam pequenos produtores, cuja produção visa essencialmente ao autoconsumo. As variedades utilizadas apresentam grão médio e curto e possuem baixo valor comercial. Obviamente, nessas regiões (Baixada Maranhense, Alto e Baixo Mearim, Vale do Pindaré e Cocais), a política agrícola não influencia a decisão de plantio do produtor rural, e a área a ser colhida fica atrelada tão-somente às condições climáticas e às necessidades regionais de consumo. Já no centro-sul do estado, onde se localiza a cultura solteira e mecanizada, as variedades utilizadas, apesar de serem do tipo sequeiro, são melhoradas e têm maior aceitação comercial. Nos últimos anos, registrou-se tendência à substituição do arroz pela soja. Em face das perspectivas não tão favoráveis de preço da oleaginosa, é bastante provável que a área de arroz se situe nos mesmos patamares do ano passado. O Maranhão é o segundo maior produtor de arroz e colheu, em 1993/94, cerca de 1 milhão de toneladas, em uma área de 761 mil hectares.[1]

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

[1] Dado sujeito a confirmação.

FEIJÃO

Seca limita tendência à expansão

A seca que atingiu as principais regiões produtoras de feijão esfriou o clima de euforia existente entre os produtores rurais, bastante animados com o desempenho recente do mercado. No entanto, apesar do atraso no plantio, a área ocupada com a lavoura poderá não cair tanto na próxima safra das águas, uma vez que a situação climática já começou a se normalizar no Paraná e em Santa Catarina.